

ETNOGÊNESE, MICRO-HISTÓRIA E HISTÓRIA INDÍGENA: A BIOGRAFIA DE UM ARRIVISTA A CONTRAPELO

ERNESTO PEREIRA BASTOS NETO¹

PUC-RS, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-9801-3621>

RESUMO: *Por muito tempo, a historiografia brasileira subscreveu a tese de que os povos indígenas praticamente não mais existiam enquanto grupos socialmente diferenciados durante o século XIX. Quando muitos desses coletivos considerados extintos organizaram-se em reivindicações por direitos específicos no final do século XX, as contradições das representações hegemônicas na sociedade brasileira sobre os povos indígenas se explicitaram. A partir de estratégias metodológicas inspiradas na micro-história italiana, o presente estudo aborda essa questão através da reconstituição de aspectos da biografia de um personagem não-indígena, trazendo para o primeiro plano da análise múltiplos indícios de presença indígena que emergiram durante a pesquisa. Com ênfase na relação entre fontes e procedimentos metodológicos, o artigo explicita, por um lado, diversas distorções inscritas na documentação – que podem levar à falsa ideia do desaparecimento indígena – e, por outro lado, explora possibilidades de superação de algumas dessas distorções.*

PALAVRAS-CHAVE: *História Social; Micro-história; História indígena.*

ABSTRACT: *For a long time, Brazilian historiography subscribed to the thesis that indigenous peoples practically no longer existed as socially differentiated groups during the 19th century. When many of these groups, considered extinct, organized themselves to demand specific rights at the end of the 20th century, the contradictions of the hegemonic representations about indigenous peoples in Brazilian society became explicit. Based on methodological strategies inspired by Italian microhistory, the present study addresses this question by reconstructing aspects of the biography of a non-indigenous character, bringing to the foreground of the analysis multiple indications of indigenous presence that emerged during the research. With emphasis on the relationship between sources and methodological procedures, the article makes explicit, on the one hand, several distortions inscribed in the documentation – that can lead to the false idea of indigenous disappearance – and, on the other hand, explores possibilities of overcoming some of these distortions.*

KEYWORDS: *Social History; Micro-history; Indigenous history.*

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), licenciado em História pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES). Participa da coordenação do GT Povos Indígenas na História ANPUH/RS. Atualmente pesquisa relações interétnicas no contexto de formação da sociedade luso-brasileira na região norte do Rio Grande do Sul, durante a primeira metade do século XIX, com especial atenção às populações indígenas Kaingang e Guaraní. Tem interesse em história do Brasil Oitocentista, história social, micro-história, história indígena e história militar. E-mail: ernesto.bastos@universo.univates.br

Introdução

A importância das reivindicações indígenas como propulsoras para o surgimento de uma nova história indígena no Brasil é um dado bastante conhecido. John Manuel Monteiro chamou atenção para isso mais de uma vez, destacando especialmente a relevância das contraposições indígenas – muito marcantes na cena política brasileira durante a década de 1980 – ao discurso hegemônico na sociedade nacional desde meados do XIX, segundo o qual o destino dos povos indígenas seria o inexorável desaparecimento (MONTEIRO, 1995; 2001). Mais recentemente, Maria R. Celestino de Almeida analisou a importância que os fenômenos de emergência étnica – ou etnogêneses – desempenharam em alguns setores da historiografia e da antropologia em termos de temas, abordagens e teorias. Segundo a autora, os movimentos de emergência étnica protagonizados por povos indígenas e afrodescendentes instigaram historiadores a refletir sobre, entre outras questões,

[...] a problemática das classificações étnicas e sociais dos povos indígenas, africanos e seus descendentes, as intensas interações entre eles desde períodos anteriores e os processos de invisibilização de suas identidades que ocorrem principalmente no decorrer do século XIX (ALMEIDA, 2021, p. 2-3).

O presente estudo consiste em um exercício que aponta em sentido semelhante. Motivado por um dos poucos casos conhecidos de etnogênese indígena no Rio Grande do Sul contemporâneo², revisei alguns processos históricos chamando atenção para diversas instâncias de silenciamento da presença indígena neles inscritos. A partir de estratégias metodológicas inspiradas na micro-história italiana, reconstituí aspectos da biografia de um personagem não-indígena, trazendo para o primeiro plano da narrativa múltiplos indícios de presença indígena que emergiram durante a pesquisa, estes que ora foram escamoteados pelos produtores da documentação compulsada, ora pelos processos de arquivamento e, com efeito, acabaram percebidos apenas parcialmente pela historiografia. No Rio Grande do Sul, em meados da década de 1980, a etnogênese da comunidade kaingang Borboleta explicitou a consciência histórica de um coletivo indígena a respeito de diferentes processos históricos em que seus ancestrais se envolveram e foram envolvidos desde o final do século XVIII (VENZON, 1993a; SOARES, 2001). Tal coletivo passou a reivindicar como terra indígena uma sesmaria que pertencera ao tenente-coronel do Exército e da

² O conceito de etnogênese tem sido utilizado por alguns historiadores e antropólogos ao longo das últimas décadas para auxiliar na explicação dos processos de transformação histórica das identidades étnicas e culturais pelos quais passam as sociedades de modo geral (BARTOLOMÉ, 2006). Também estudiosos do mundo colonial americano têm explorado essa noção, demonstrando que resistência direta ou extermínio não foram as únicas alternativas que se apresentaram às sociedades indígenas e africanas na América. Muitas dessas populações se reestruturaram de diferentes formas, incorporando práticas exógenas, resignificando ou abandonando costumes e tradições – inclusive a própria língua –, inserindo-se de forma específica no mundo colonial etc., mas sem deixarem de atualizar referências que possibilitam a manutenção das fronteiras étnicas (MONTEIRO, 2001). Nessa direção, podem ser pensados enquanto etnogêneses os ressurgimentos de fronteiras étnicas e identidades indígenas contemporaneamente, cujos casos mais conhecidos no Brasil têm ocorrido há décadas na região Nordeste (OLIVEIRA, 1998) e também em diversas outras partes do Brasil – inclusive no Rio Grande do Sul (SOUZA, 1998; SOARES, 2001).

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. Etnogênese, micro-história e história indígena: a biografia de um arrivista a contrapelo. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 29-51, set./dez. 2024.

Guarda Nacional Antonio Joze de Mello Brabo (1787-1882), à qual os demandantes referiam-se como *Sesmaria das Borboletas*.

Segundo a tradição oral indígena, esse militar, natural de São Paulo, teria se tornado proprietário da dita sesmaria após violentos conflitos contra os grupos autóctones ali existentes. Não obstante, argumentam que Mello Brabo também teria desposado uma mulher indígena, com quem deixara grande descendência. As narrativas indígenas conectam ainda uma série de outros elementos, dando conta de sucessivas configurações sociais desdobradas até a diáspora do grupo e a reivindicação de retomada territorial, deflagrada por volta de 1986 (VENZON, 1993a; SOUZA, 1998; SOARES, 2001). No presente artigo, analiso alguns aspectos da trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo. Trata-se de uma sorte de *biografia a contrapelo*, uma vez que analiso os documentos “contra as intenções de quem os produziu” sem, contudo, ignorar essas intenções – como alerta Carlo Ginzburg (2007) em seu elogio à proposição benjaminiana de uma história a contrapelo.

Não ignoro que os renovados estudos sobre biografia histórica ofereçam potencialidades para além do uso que ora faço (LEVI, 2006; SCHMIDT, 2012; KARSBURG, 2015). Todavia, neste artigo optei deliberadamente por tomar o nome de Antonio Joze de Mello Brabo tão somente enquanto fio-condutor da pesquisa, salvo em algumas poucas passagens do texto. Isso porque um dos resultados que pretendo enfatizar evidenciou-se precisamente na atenção a este procedimento metodológico. Dito de outro modo, Ginzburg e Poni argumentam que, utilizando-se um ou mais nomes como bússolas – “fios de Ariadne” para orientação no labirinto documental –, é possível ao historiador superar um obstáculo sério que os arquivos impõem aos pesquisadores; qual seja, o risco de se reproduzir na análise a fragmentação que caracteriza a produção e o arquivamento de documentos. Cada acervo documental, afirmam os autores, “proveniente de uma relação social específica sancionada a maior parte das vezes por uma instituição, pode fornecer uma legitimação ao especialismo do investigador”,

seja ele historiador da Igreja ou da técnica, do comércio ou da indústria, da população ou da propriedade, da classe operária ou do PCI. Essa historiografia poderia ter como divisa: “Não saiba a tua esquerda aquilo que faz à tua direita...”. Essa fragmentação reproduz a fragmentação das fontes. Os registros civis apresentam-nos indivíduos enquanto nascidos e mortos, pais e filhos; os registros cadastrais, enquanto proprietários ou usufrutuários; os autos enquanto criminosos, enquanto autores ou testemunhas de um processo. Mas assim corre-se o risco de perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada. (GINZBURG; PONI, 1989, p. 173)

A pesquisa onomástica, ao invés de reproduzir as lógicas das instituições, subverte-as, pois “se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos” (GINZBURG; PONI, 1989, p. 173-174). A utilização intensiva destas referências cruzadas, com atenção para os detalhes aparentemente marginais

como as “testemunhas de núpcias, padrinhos de batismo e de crisma [no caso dos registros paroquiais], [são] operações que permitem mapear relações não secundárias” (GRENDI, [1978] 2009, p. 23). Cada informação destas, alerta Edoardo Grendi, exprime um dado

ou, mais frequentemente, uma relação. Existe assim a possibilidade de reconstruir histórias de família e, às vezes, por alguma feliz coincidência de fontes, histórias individuais suficientemente ricas – típicas ou excepcionais –, sendo ainda possível pôr em relevo relações interindividuais contínuas, isto é, estruturadas (por exemplo, relações de débito/crédito) (GRENDI, [1978] 2009, p. 23-24).

Seguindo – tanto quanto possível – tais recomendações, pude alcançar grau suficiente de detalhe para tornar evidente a continuidade da presença indígena em uma situação empírica na qual a documentação consultada tende a fazer crer que essa não exista. A partir de um caso específico, portanto, aponto questões que podem contribuir no esforço recente da nova história indígena para repensar os lugares indígenas na formação da sociedade luso-brasileira.

A conquista do planalto sul-rio-grandense vista pelo microscópio

Antonio Joze de Mello Brabo, muito provavelmente batizado apenas Antonio Joze de Mello, nasceu – segundo o padre que realizou seu casamento – na vila da Faxina, doravante Itapeva, no ano de 1787 (CASAMENTO..., 1840). Essa vila, situada ao norte de Curitiba, foi uma das 15 povoações criadas sob a administração do Morgado de Mateus, nomeado em 1765 para o governo da capitania de São Paulo. De acordo com Carlos A. P. Bacellar (2017), esses povoados foram instalados a fim de garantir a presença portuguesa em regiões que passaram a ser consideradas estratégicas no sertão meridional, especialmente tendo em vista as tensões bélicas com os súditos da coroa espanhola, que se acirravam no extremo-sul da América. Entre outras características dessas vilas, a bibliografia salienta o caráter militar imposto pela administração – não sem que as populações das capitanias mais atingidas protestassem e resistissem; na fronteira meridional houve uma expansão do recrutamento militar neste período (MELLO, 2006). A militarização da capitania de São Paulo abrandou após o fim do Período Pombalino, mas a necessidade de contingentes militares no extremo-Sul não cessou (SILVA *et al*, 2009). Ademais, para alguns indivíduos as guerras também representavam a possibilidade de ascensão social (FARINATTI, 2010). É provável que Antonio Joze de Mello Brabo fizesse parte de algum dos contingentes que marcharam dali para o sul da fronteira.

Por volta do ano de 1855, o advogado pernambucano Hemetério J. V. da Silveira, radicado há décadas no município sul-rio-grandense de Cruz Alta, hospedou-se na estância Santa Cruz, fazenda do influente capitão Antônio Rodrigues Chaves Filho, situada às margens do rio Jacuizinho, na paróquia de Soledade, em Cruz Alta. Silveira, que registrou este e outros episódios em um

livro de memórias publicado no início do século XX, contou que seu anfitrião recebera, ao longo de três dias, visitas de diferentes potentados locais – inclusive a do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo, a quem identificou como “possuidor da fazenda das Borboletas no Campo Comprido” (SILVEIRA, 1979, p. 309). Não foi possível precisar desde quando o tal tenente-coronel residia naquela localidade. Segundo Silveira, Mello Brabo era “veterano da conquista da Missões e de todas as guerras subsequentes, até a civil, em que, por atos de bravura, subiu até o posto de tenente-coronel” (SILVEIRA, 1979, p. 309). Além disso, o cronista pernambucano afirma que durante a Guerra da Cisplatina (1825-1828) Mello Brabo já residia no então chamado “Rincão de Botucaraí” (SILVEIRA, 1979, p. 311). É provável, portanto, que este sujeito tenha lutado em tal conflito³. Todavia, sobre seu estabelecimento no lugar chamado Rincão ou Serra de Botucaraí, consegui localizar referências confiáveis apenas a partir de 1840, analisando as correspondências militares trocadas entre oficiais durante a guerra civil Farroupilha (1835-1845).

Destacando-se, durante a Farroupilha, como um dos principais comandantes da Guarda Nacional em atuação no município de Cruz Alta – que à época abrangia praticamente toda extensão territorial atualmente conhecida como Planalto Sul-rio-grandense –, o tenente-coronel Mello Brabo sediou o quartel do 10º corpo de cavalaria sob o seu comando no lugar denominado Depósito, na Serra de Botucaraí (MELLO BRABO, 1842). Estabelecido naquele lugar pelo menos desde 1840, no ano de 1844 um procurador seu compareceu ao tabelionato de Rio Pardo para formalizar a aquisição da “sesmaria do Depósito”, cujos vendedores foram dona Úrsula Corrêa da Câmara e o seu marido, o capitão João Marcos Vieira de Souza Pereira (ESCRITURA..., 1844). Na escritura, a vendedora declarou que “a carta de Sesmaria que vende é a que o seu marido comprou de João Maria Chavier [sic] de Brito, em sete de dezembro de mil oitocentos e dezoito” (ESCRITURA..., 1844). Diante dessa informação, é possível recuperar aspectos do processo de conquista e formação do território luso-brasileiro nessa localidade. Quero dizer, no ano de 1814, o ajudante-de-ordens João Maria Xavier de Brito foi agraciado com uma sesmaria nos “campos do Erval, onde ultimamente se abriu uma estrada nova junto à Província de Missões” (REQUERIMENTO..., 1813). Sendo a única sesmaria concedida ao dito Xavier de Brito, é bastante provável que se trate da mesma carta que mais tarde fora vendida ao capitão João M. V. de Souza Pereira e que em 1844 foi adquirida pelo tenente-coronel Antonio J. de Mello Brabo.

Como referido no próprio requerimento, a sesmaria se situava nos *campos do Erval*, onde havia sido aberta uma estrada em direção às Missões. Todas as indicações levam a crer que Xavier de Brito estivesse tratando da Picada de Botucaraí, estrada aberta de Rio Pardo em direção à Serra Geral, entre 1810 e 1811 (FRANCO, 1975). Aos 13 de março de 1810, o capitão João Machado da Silveira, comandante do distrito de Rincão Del Rey em Rio Pardo, escreveu ao governador da capitania de São Pedro, capitão-general D. Diogo de Souza,

³ Em um documento datado de 1841, o tenente-coronel Mello Brabo afirmou ter sido condecorado com medalha “pela guerra feita contra Buenos Aires”. Trata-se, muito provavelmente, de uma alusão à Guerra da Cisplatina (REGISTRO..., 1841).

oferecendo-se para abrir a referida estrada. Em um trecho da representação evidenciam-se os diversos interesses implicados na empreitada:

As incursões que os Bárbaros praticam alternativamente há coisa de 13 anos a esta parte desde as margens do Rio Pardo até a Capela de Santa Maria, julgo ser dever, como Comandante de parte desses Distritos, por na respeitável presença de V. Exa. que estes pobres moradores estão em contínuo temor, expostos à sua crueldade, e a maior parte deles tem deixado de cultivar as excelentes terras da Serra Geral por falta de uma Guarda protetora de seus trabalhos, e segurança de suas famílias, causando isto grande prejuízo não só à Agricultura e facilidade de Comércio, como também abalando o estabelecimento de uma Freguesia nas Cabeceiras do Rio Taquari, o que não aconteceria, se acaso houvesse uma pequena Guarda no 1º Campo acima da dita Serra, como houve antes da Guerra passada, aonde com toda facilidade poderia rechaçar os Índios até a Serra Geral da Costa do Rio Uruguai, sua antiga habitação, e a antiga picada sendo aberta deixaria livre e fácil o acesso aos tropeiros, que para conduzirem suas tropas para as capitânicas do Norte, são obrigados a fazer um rodeio de mais de 60 léguas [...], esta Guarda atraindo moradores, o trânsito da Picada nas margens do Rio Pardo, facilitaria abundantes meios de afugentar totalmente os ditos Bárbaros, e em tempo de guerra poderia V. Exa. achar meios de resguardar ou socorrer a Província das Missões mais facilmente. (SILVEIRA *apud* FRANCO, 1975, p. 19)

Como se verá adiante, o capitão Silveira recebeu autorização para realizar o empreendimento. Antes de prosseguir o estudo, todavia, importa determo-nos sobre essa descrição do lugar em questão. Xavier de Brito, no requerimento de sesmaria, referiu-se à estrada aberta pela tropa do capitão João Machado da Silveira entre 1810 e 1811. Silveira, por sua vez, no trecho supracitado, faz referência a uma estrada ainda mais antiga cujo percurso pretendia refazer. Segundo Sérgio da Costa Franco (1975), trata-se da picada aberta em 1788, pela expedição demarcadora de limites do Tratado de Santo Ildefonso (1777), sob o comando do tenente-coronel engenheiro e astrônomo de Sua Majestade, José de Saldanha. No seu *Diário Geral da Demarcação*, Saldanha registrou a densa presença de indígenas guaranis missioneiros que encontrou extraindo erva-mate naquele lugar. Ainda de acordo com Franco (1975), dez anos mais tarde Saldanha tornaria a fazer semelhante percurso – desta vez com o objetivo de “explorar os espaçosos campos de que alguns sujeitos portugueses haviam levado notícia às autoridades” (SALDANHA *apud* FRANCO, 1975, p. 14). Nesta segunda ocasião, os bombeiros⁴ de Saldanha encontraram guaranis missioneiros do Povo de São João armados de lanças e espingardas, com os quais Saldanha orientou seus subordinados a manter toda a diplomacia. A comitiva luso-brasileira foi ter um

⁴ Bombeiros, nesse contexto, são homens enviados à frente dos demais para fazer reconhecimento de terreno e/ou espionar movimentos inimigos.

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. Etnogênese, micro-história e história indígena: a biografia de um arrivista a contrapelo. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 29-51, set./dez. 2024.

encontro com o tenente-corregedor Cristovão Payu, comandante dos indígenas, a quem Saldanha prestou satisfação de sua expedição:

fomos por eles recebidos com demonstrações de alegria e cortejo, e nós não menos lhe correspondemos agradecidamente, propondo ao supradito tenente corregedor que eu tinha atravessado a nossa serra com aquela minha partida [...] com o fim de não só afugentar aos índios Tupis das imediações da dita serra, como já o tinham praticado, mas também a reconhecer aqueles terrenos, para saber se nos pertenciam privativamente, ou se seriam os já reconhecidos no tempo da demarcação (SALDANHA *apud* FRANCO, 1975, p. 15).

Além dos guaranis missioneiros, Saldanha faz várias menções a estes “índios Tupis”, ulteriormente citados como “Bugres ou Tupis”. Em uma apreciação final sobre os “Campos de Novo Descobertos sobre a Serra Geral”, Saldanha afirma que estes estavam povoados pelos tais “Bugres ou Tupis”; “o que se deixa conhecer” diz ele, “pelos roçados antigos que têm nas pontas de algumas restingas de mato [...], e por várias covas circulares que se encontram sobre algumas coxilhas, o que, segundo consta, lhes serve como de trincheiras para suas pelejas” (SALDANHA *apud* FRANCO, 1975, p. 18). Parece evidente que essas referências tratam de um território indígena consolidado onde os luso-brasileiros não conseguiam penetrar em razão da oposição destes povos. Atualmente, à luz de diversas contribuições, mormente dos estudos sobre história indígena, é notório que se tratavam de indígenas kaingang⁵ e xokleng – penso que sobretudo kaingang nesse caso, já que não há qualquer referência aos ditos “botocudos”⁶. Salvo algumas exceções, considero possível afirmar que, no *Mappa Corographico da Capitania de S. Pedro* (Mapa 1)⁷, os espaços menos ocupados por moradores luso-brasileiros – e mais povoados, portanto, por indígenas kaingang e xokleng – coincidem com os lugares representados por vegetação e descritos como “bosques”, ou seja, praticamente todo o planalto meridional. Para melhor visualização, acrescentei ao Mapa 1 a linha vermelha que representa a localização aproximada da Picada de Botucaraí, aberta pela expedição do capitão João Machado da Silveira entre 1810 e 1811.

⁵ Luís F. Laroque (2000) entende que esses “Bugres ou Tupis” referidos por Saldanha fossem kaingang.

⁶ Paulo A. Zarth (1997) afirma que a apropriação dos campos e florestas do planalto sul-rio-grandense por luso-brasileiros iniciou por volta de 1810. Laroque (2000), por sua vez, mostra que neste período os indígenas kaingang ocupavam sistematicamente esse território que se estendia, pelo menos, desde o rio Tibagi na então capitania de São Paulo, em direção ao sul, até a borda meridional do planalto, exatamente nesta região entre o Rio Pardo e as Missões. Estudos de Lúcio T. Mota (2008) e Cristiano Durat (2019) a respeito dos kaingang dos *Sertões do Tibagi* e Carina Almeida (2015), sobre os kaingang de Xapacó/SC apontam nitidamente que até o início do século XIX, o planalto meridional brasileiro era território kaingang, independente de relações de dominação com as coroas ibéricas. Mais recentemente, Lauro Cunha (2017) mostrou que, além dos kaingang, os xokleng – pejorativamente chamados de botocudos – também viviam nesta região durante o século XIX, mais exatamente nas escarpas da Serra Geral.

⁷ Levantado pelo tenente-coronel engenheiro e astrônomo da Demarcação de Limites de 1777.

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. Etnogênese, micro-história e história indígena: a biografia de um arrivista a contrapelo. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 29-51, set./dez. 2024.

Mapa 1 – Recorte do Mappa Chorographico da Capitania de S. Pedro com a projeção da costa de Montevideo e com os terrenos adjacentes dos Governos limitrophes e aditado com o território que posteriormente a última demarcação de limites foi conquistado na Guerra de 1801



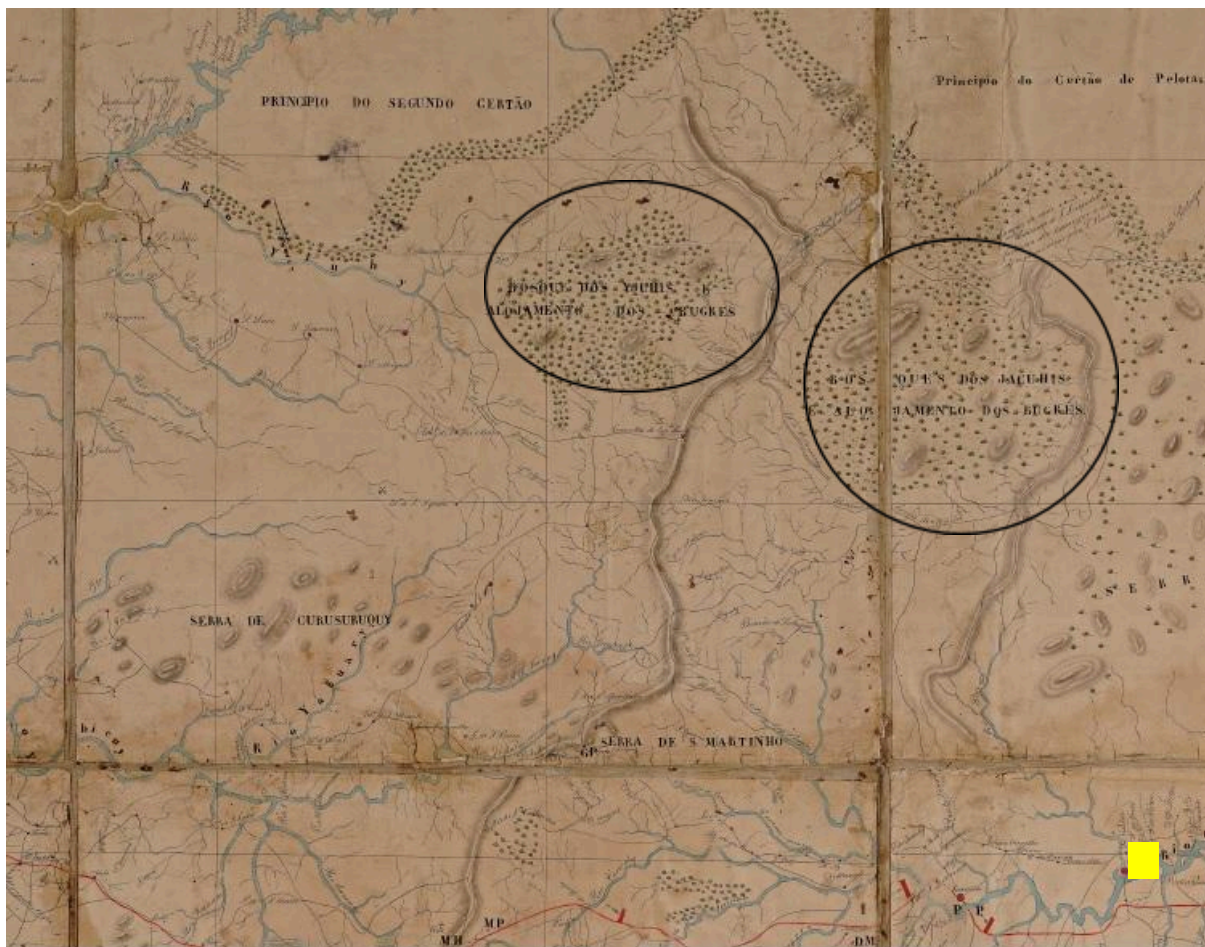
Fonte: Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Disponível em: https://ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/CapIII.htm.

Acesso em: 28 dez. 2022

Já em um mapa do Rio Grande do Sul em 1810 (Mapa 2) – que, de acordo com o seu copista, Joaquim Carlos de Niemeyer, foi “copiado segundo o Mappa do Coronel José Pedro Cesar” –, a presença de indígenas chamados “bugres” nos mesmos *bosques* da corografia supracitada (Mapa 1) é efetivamente assinalada. Note-se que o Mapa 2 mostra um recorte espacial semelhante ao Mapa 1, aquele correspondendo mais ao quadrante noroeste do Rio Grande do Sul e este ainda mais reduzido. As legendas originais dos dois pontos circulados no Mapa 2 são: “bosque dos Yjuhis e alojamento dos bugres” e “bosque dos Jacuhys e alojamento dos bugres”. Para facilitar a leitura do mapa, inseri um marcador amarelo às margens do rio Jacuí, na localização aproximada da sede municipal de Rio Pardo.

Mapa 2 – Recorte do Mapa da Província do Rio Grande do Sul [sic] em 1810 copiado por Joaquim Carlos de Niemeyer segundo o Mappa do Cel. José Pedro César. Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro



Fonte: Ministério da Guerra. Disponível em:

https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=0037&v_fundo_colecao=1458. Acesso em: 28 dez. 2022.

Em abril de 1810, menos de um mês após a representação enviada pelo capitão João Machado da Silveira, a expedição foi autorizada pelo governador D. Diogo de Souza, que ainda orientou ao comandante da fronteira de Rio Pardo, marechal Patrício José Corrêa da Câmara, que desse todo o suporte necessário à diligência (FRANCO, 1975). Algumas correspondências existentes no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), trocadas entre Silveira, Corrêa da Câmara e D. Diogo de Souza neste período, mostram nitidamente os conflitos com esses indígenas que, segundo o capitão Silveira, culminaram com “a retirada dos Bárbaros a rumo de norte do *lugar onde estavam alojados há anos*” (SILVEIRA, 1810, p. 5). Considerando essa informação de que os indígenas habitavam aquele lugar há anos e, tendo em vista as descrições dos “toldos” – como os invasores chamavam os assentamentos indígenas –, é possível inferir que se tratavam de comunidades estáveis e não de acampamentos provisórios. Fala-se em diversos toldos com população de pelo menos cem pessoas cada, onde viviam adultos, crianças e idosos. Todos bem abastecidos de víveres como “carne de toda caça

moqueada, cestos com milho cateto de diferentes qualidades” (SILVEIRA, 1810a, p. 1), outros com cestos de “pinhão armazenados” e “roças de milho plantada” (SILVEIRA, 1810, p. 2-3).

Conforme Silveira, a diligência durou 80 dias, sendo “63 de serviço e 17 de falha, até sair no Campo de cima da Serra” (SILVEIRA, 1810, p. 1). Foram diversos assaltos aos toldos, a maioria empreendidos de madrugada, promovendo matanças, roubo e/ou destruição dos ranchos e dos víveres, além do sequestro de crianças indígenas. Em diferentes oportunidades o capitão Silveira teve de regressar e pedir reforços, de modo que mais de cem homens muito bem armados foram empregados ao todo na “abertura desta estrada” (SILVEIRA, 1810; 1810a) – leia-se invasão e conquista de territórios indígenas. Com a expulsão dos indígenas da borda meridional do planalto, a ocupação luso-brasileira naquele lugar começou a se efetivar. Em 1814 já são concedidas sesmarias no local, então referido como “campos novos do erval” ou “campo dos bugres” (FRANCO, 1975; ORTIZ, 2006). Não se pode ignorar os nexos entre esses eventos específicos e todo um processo mais amplo que estava em curso. Desde o início do XVIII, quando a sociedade luso-brasileira na América avançava a partir de diversos pontos de leste para oeste, os povos falantes de línguas Jê – outrora chamados genericamente de tapuias – tornaram-se obstáculos tanto na região das Minas Gerais quanto nos campos do Planalto Meridional (MOREIRA, 2019). No que diz respeito aos kaingang, desde pelo menos as bandeiras comandadas por Afonso Botelho aos campos de Guarapuava (1772-1774), observa-se a deflagração de conflitos não apenas ali, mas em outros lugares no chamado *caminho das tropas* (MOTA, 2008; LAROQUE, 2000; DURAT, 2019)⁸.

De fato, poucos meses antes de autorizar a abertura dessa estrada, D. Diogo havia recebido um Aviso Régio para enviar tropas militares que auxiliassem no combate aos “bugres” em curso nas regiões de Guarapuava/PR e Laguna/SC (AVISO..., 1810). Ato contínuo, em 14 de fevereiro de 1810, o governador da capitania do Rio Grande de São Pedro expediu ordens para dois comandantes militares organizarem expedições em atenção às “[...] repetidas queixas dos habitantes desta capitania com estabelecimentos próximos à Serra Geral, sobre as hostilidades que lhes fazem os Gentios Bárbaros nela acoutados” (CARTA..., 1810). O governador determinou que as tropas invadissem os ranchos indígenas “com entradas por diferentes partes da mesma Serra”, encarregando uma partida da invasão na localidade entre as cabeceiras dos rios Mampituba e Tramandaí e outra entre a Serra de São Martinho e a picada que a conectava à povoação de Santa Maria. Essas tropas deveriam receber “todos os municionamentos de boca e guerra”, além de portarias para recrutamento de moradores e soldados. “Quanto aos prisioneiros que apanharem nesta expedição” dizia a correspondência:

terá lugar o disposto na Carta Régia de 13 de maio de 1808 expedida ao capitão general de Minas Gerais e ulteriormente

⁸ A rota das tropas, como observa Tiago Luís Gil (2020, p. 41), “interligava uma vasta área dentro do continente americano, no Atlântico Sul Ocidental. Ela se iniciava numa grande área de produção, que se estendia da localidade de Cerro Largo, então sob domínio da Coroa de Castela, até o Viamão, nos territórios portugueses. O caminho seguia por uma região de serra até um planalto de cerca de 900 metros de altura, passando por alguns povoados, como São Francisco de Paula, Vacaria e Lages, até chegar à região da Lapa e de Curitiba, passando por Castro e outras pequenas povoações até a Vila de Sorocaba, de onde os animais eram redistribuídos para diversas regiões”.

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. Etnogênese, micro-história e história indígena: a biografia de um arrivista a contrapelo. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 29-51, set./dez. 2024.

mandada aplicar na capitania de São Paulo, com diferença, porém, que por não haver neste Continente os comandantes de que fala a mesma Carta Régia, se distribuirão os ditos prisioneiros com ordem minha pelas pessoas que em consequência de escrupulosas averiguações provarem ter mostrado maior valor, constância no trabalho, agilidade e inteligência e subordinação” (CARTA..., 1810, p. 28-29, grifos do autor).

As cartas régias citadas são os documentos editados por D. João VI em 13 de maio e 5 de novembro de 1808 que autorizavam, respectivamente, a prática da *guerra justa* contra os botocudos do rio Doce, na região das Minas Gerais, e contra os ditos “bugres”, que habitavam desde os campos de Guarapuava até o *País das Missões* (CARTA..., 1808A; B). Nas palavras de Vânia M. L. Moreira, a política indigenista de D. João VI foi marcada por grande violência, representando retrocesso considerável em relação às políticas indigenistas do período pombalino. Em uma das cartas régias de 1808, argumenta Moreira, surge a noção de “escola severa” enquanto agenda de relacionamento com os indígenas – termo ulteriormente utilizado por intelectuais e políticos durante o período Imperial. A autora acrescenta que

a Carta Régia de 5 de novembro de 1808 pode ser considerada a certidão de nascimento da “escola severa” de “civilização” de índios considerados “bárbaros” e que se interpunham ao rápido e pleno aproveitamento econômico de novas terras e regiões. Escola severa é um eufemismo para os conceitos de guerra ofensiva, guerra justa, justo terror e para a imposição do cativeiro aos sobreviventes das manobras de guerra (MOREIRA, 2019, p. 320).

Através da ordem encaminhada por D. Diogo aos comandantes locais, é possível verificar, portanto, que essas Cartas Régias foram estendidas para a capitania de São Pedro. Com efeito, o assalto às aldeias indígenas, seguido de sequestro e redução de pessoas ao cativeiro se institucionalizou nesse período, também no extremo-sul do Brasil⁹.

Não por acaso, entre dezembro de 1810 e outubro de 1812, quatro pessoas indígenas foram batizadas na freguesia de Rio Pardo na qualidade de “bugres apreendidos na Costa da Serra”. Um foi batizado Evaristo, “de cinco anos, do gentio bugre, apresado na Serra aqui desta Freguesia, o qual se acha compreendido no decreto em que obriga a esta qualidade de gente a servidão pelo tempo de quinze anos a Antonio de Oliveira Machado, o qual foi padrinho” (BATISMO..., 1810a). O mesmo Antonio O. Machado ainda foi padrinho do menor batizado Hermenegildo, um ano mais velho que Evaristo e também “de Nação Bugre”, mas que “se achava em casa de Julião Oliveira Corte” (BATISMO..., 1810b). Caetano Machado de Oliveira, provavelmente parente de Antonio, apreendeu no mato uma menina, que recebeu o nome Maria, de treze anos, “do gentio bugre”, cujos padrinhos foram os “pretos forros” José da Costa e Vacaria Maria

⁹ Ver, por exemplo, a análise de Lauro Cunha a respeito dos episódios de conflito na região do litoral norte do Rio Grande do Sul (CUNHA, 2012).

(BATISMO..., 1812a). Além desses, também foi batizada na mesma época Rita, “da Nação Bugre” (BATISMO..., 1812b). Há fortes indícios de que mais registros como esse tenham sido realizados durante as décadas seguintes.

Naquele contexto, a sociedade luso-brasileira expandia-se demográfica e territorialmente, impulsionada no extremo-sul pela economia agropecuária e pelas disputas com os hispano-americanos. Como decorrência da Guerra das Laranjas (1801), militares e mediadores culturais luso-brasileiros negociaram com as lideranças guarani dos Sete Povos das Missões Orientais a aliança desses povos com a Coroa Portuguesa – o que significou a incorporação formal de um vasto território aos domínios luso-brasileiros (FONTELLA, 2020). As tentativas de conquista propriamente ditas desse território têm sido um processo mais heterogêneo e multiforme que, de certa maneira, jamais se concluiu nem cessou definitivamente. Estudos que abordam a formação da sociedade luso-brasileira no planalto sul-rio-grandense de modo geral, mormente a partir da criação do município de Cruz Alta, evidenciam que entre os Sete Povos e o litoral – no caso deste último, trata-se de um espaço onde a presença luso-brasileira no extremo-sul se consolidou ao longo do século XVIII – viviam indígenas referidos genericamente na documentação da época como bugres, botocudos, bárbaros, infiéis, selvagens, gentios, etc. (ZARTH, 1997; ARAÚJO, 2008). Notadamente, tratavam-se dos povos kaingang e xokleng (LAROQUE, 2000; FRANCISCO, 2013; CUNHA, 2017)¹⁰.

Em 1849, quase quarenta anos depois dos episódios aqui narrados, o naturalista francês Aimé Bonpland passou pela Fazenda de Santa Cruz – aquela mesma onde Hemetério J. V. da Silveira viria a se hospedar, seis anos mais tarde¹¹. Um trecho do seu diário revela que a memória da conquista dos territórios indígenas se preservou entre os moradores locais. No diário, Bonpland narra que aos 9 dias de abril daquele ano realizou uma excursão a duas léguas de distância da fazenda, com o objetivo de

visitar um cemitério dos antigos habitantes deste lugar (índios, ditos Bugres diferentes e inimigos mortais dos botocudos). Há aproximadamente 30 anos, a serra e todas as terras compreendidas entre esta mesma e a margem oriental do Jacuí Grande eram ocupadas por estes índios (BONPLAND *apud* VENZON, 1993b, p. 165).

O francês relatou com detalhes a abertura da picada que analisei anteriormente. Finalmente, chama a atenção ainda que, segundo Bonpland, “foi em uma área pertencente ao General [Patrício José] Correa [da Câmara] que visitei esse cemitério” (BONPLAND *apud* VENZON, 1993, p. 165). Quero dizer, embora não seja novidade que os invasores das terras indígenas fossem premiados com o butim, inclusive das próprias terras, não deixa de importar que Úrsula Corrêa da Câmara – quem vendera a sesmária do Depósito ao tenente-coronel Mello Brabo – era filha do referido Patrício José Corrêa da Câmara (PORTO, 1938, p. LXXXI). A partir do exposto até aqui, penso que seja relevante sublinhar que a investigação

¹⁰ Charruas e Minuanos também foram nomeados com alguns desses termos e é provável que também fossem empregados em referência aos Guarani não-missionizados.

¹¹ Segundo o levantamento de Helen S. Ortiz (2006), as sesmarias de Santa Cruz e Depósito eram contíguas.

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. Etnogênese, micro-história e história indígena: a biografia de um arrivista a contrapelo. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 29-51, set./dez. 2024.

diacrônica em escala reduzida, com atenção aos nomes e às trajetórias dos indivíduos envolvidos, revela aspectos no processo histórico que nem sempre a historiografia tem explorado. Nos estudos inaugurais de Paulo A. Zarth (1997; 2012) sobre história agrária no Rio Grande do Sul, por exemplo, o lugar dos indígenas na história é resumido em frases como: “os povos indígenas foram, sem dúvida, as maiores vítimas do processo de ocupação e colonização do Brasil e do Rio Grande do Sul” (ZARTH, 2012, p. 80). Se o presente artigo encerrasse aqui, não seria mais do que uma versão detalhada dessa tradicional “crônica da extinção”, como chamou John M. Monteiro (MONTEIRO, 2001, p. 4). Entretanto, a investigação amiúde da biografia de Antonio Joze de Mello Brabo, com atenção para “o papel do particular (não, entretanto, em oposição ao social)” (LEVI, 1992, p. 159), revela a continuidade da presença indígena neste lugar onde, à primeira vista, a documentação parece sugerir que o genocídio e o etnocídio indígena se completaram.

“Chinas” e “Chinos”: outras faces das histórias indígenas no planalto sul-rio-grandense

Aos 24 dias de abril de 1855, o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo compareceu ao tabelionato da vila de Cruz Alta e solicitou a realização de uma escritura pública de perfilhação declarando que, apesar de ser viúvo, houvera cinco filhos fora do casamento enquanto sua esposa ainda vivia – a saber, Antonio, de quatorze anos, filho de Felippa Maria e outras quatro meninas chamadas Constantina, Apolinaria, Firmina e Amellia, filhas de Maria Conceição, mulher solteira que o tenente-coronel declarou manter em sua companhia. Dizia o militar que era seu desejo perfilhar aquelas crianças para que “[...] eles possam ser seus herdeiros e gozarem de todas as honras e prerrogativas como se legítimos fossem” (ESCRITURA..., 1855). Ao longo dos anos seguintes, localizei nos tabelionatos de Cruz Alta e municípios vizinhos diversas escrituras públicas nas quais Mello Brabo transmitia terras e pelo menos uma escravizada para Maria Conceição e suas filhas. No dia 31 de março de 1859, por exemplo, Mello Brabo e Maria Conceição compareceram em um tabelionato da vila de Passo Fundo para registrar uma doação que o primeiro fez “às filhas de Dona Maria Conceição”:

morador no distrito de Lagoão, lá possui por título de compra umas terras lavradas havidas a Joaquim José da Silva e sua mulher no ano de mil oitocentos e cinquenta e sete, pela quantia de seiscentos mil reis; e da metade destas terras pela dita forma lavradas faz doação a: Constantina, Apolinaria, Firmina e Amellia, todas filhas de Dona Maria da Conceição, com a só condição de a mãe das sobreditas ser usufrutuária por toda a sua vida, ficando por isso mesmo que é usufrutuaria coibida de aliena-la gozando por consequência as supraditas suas filhas de toda plenitude do domínio depois da sua morte. Cujá doação a faz no valor de trezentos mil reis e em gratidão dos meritórios serviços prestados a ele doador pela referida Maria da Conceição e suas filhas, serviço que tem em tanta monta que ainda assim não as julga

bem recompensadas [...] roga a seus herdeiros, co-herdeiros e testamentários respeitarão esta sua dádiva espontânea (ESCRITURA..., 1859).

Até aqui, o que se poderia depreender é que se constituiu uma relação de concubinato, muito comum na sociedade brasileira e amplamente discutida pela historiografia. Todavia, ao cruzar tais nomes com os registros de batismo da freguesia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, novos dados surgiram. No dia 5 de junho de 1855, foi batizada a inocente Amélia [sic], com um ano de idade, filha de Maria Conceição e de pai incógnito. Os padrinhos de Amélia foram um casal de amigos do tenente-coronel Mello Brabo, o também tenente-coronel João Baptista de Oliveira Mello e sua esposa Manoela Pereira de Mello (BATISMO..., 1855). Como João Baptista era bastante conhecido de Mello Brabo, me chamou a atenção aquele batizado – especialmente tendo em vista que, havia pouco tempo, Mello Brabo reconheceu entre outras filhas com Maria Conceição uma menina também chamada Amélia e cuja idade lançada na escritura de perfilhação era congruente com a desta afilhada de João Baptista. Seguindo a pesquisa, localizei uma escritura realizada aos 20 dias do mês de julho do ano de 1857, na qual o tenente-coronel João Baptista de Oliveira Mello fazia doação de quatrocentos mil réis “à sua afilhada, dona Amélia Rufina de Mello, filha do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo” (ESCRITURA..., 1857). Ou seja, a Amélia reconhecida por Mello Brabo no tabelionato é a mesma que pouco depois foi batizada como sendo filha de pai incógnito.

O mais importante nisso tudo, entretanto, é que a menina Amélia [sic] batizada aos 5 de junho de 1855, foi uma das tantas crianças que os párocos de Cruz Alta classificaram como “china” (BATISMO..., 1855). Nos últimos anos, estudos sobre história indígena no Rio Grande do Sul têm identificado o uso da expressão “china” – e menos frequentemente da flexão masculina “chino” – nos registros de batismo de diversas freguesias durante o século XIX, concluindo que se trata de uma referência à ancestralidade indígena (RIBEIRO, 2013; BASTOS NETO, 2022). No caso da freguesia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, desde 1827 – ano do primeiro batismo lançado no livro mais antigo existente no arquivo daquela Cúria – as palavras *china* e *chino* foram empregadas pelos párocos para designar ascendência indígena, embora nos anos subsequentes nem todos os padres tenham assinalado distinções de cor/qualidade nos livros de batismo de pessoas livres. No entanto, o cônego José de Noronha Napoles Massa, que foi pároco da freguesia de Cruz Alta entre 1855 e 1860 optou – por alguma razão que ainda estou investigando – por designar cores para todos os neófitos que batizou. Entre 1855 e 1857 – período que pude analisar –, das 1067 crianças livres batizadas, 183 (17%) foram classificadas como *china* ou *chino* (LIVRO..., 1855-1857).

Até o momento, grande maioria dos estudos sobre o Brasil meridional tem se concentrado na administração de sacramentos entre indígenas guarani¹². No caso de Cruz Alta, penso que boa parte destas pessoas identificadas como “china” ou “chino” fosse de fato guarani, pois diversas vezes os párocos registraram

¹² Para o caso do Brasil Meridional, as exceções que conheço são os trabalhos de Takatuzi (2005) e Durat (2006; 2019), que analisaram administração de sacramentos cristãos entre os kaingang no Paraná.

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. Etnogênese, micro-história e história indígena: a biografia de um arrivista a contrapelo. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 29-51, set./dez. 2024.

também a naturalidade dos pais, assinalando: “natural do povo de São João”, por exemplo. Entretanto, indígenas kaingang também foram chamadas de “chinas” naquele contexto. Em uma correspondência de 1845, referindo-se aos toldos dos “índios selvagens” de Passo Fundo¹³ – leia-se kaingang –, o padre Antonio de Almeida Leite Penteado afirma sobre um contato amistoso que teve em um dos toldos: “mandamos na frente a china filha do cacique, que os trouxe e se nos apresentaram” (PENTEADO, 1845, p. 1). À guisa de conclusão, o que me parece central no caso analisado aqui é justamente aquela ponderação metodológica inicial sobre o grau de fragmentação das informações contidas nos diferentes documentos (GINZBURG; PONI, 1989). Por um lado, o estudo somente das escrituras públicas não poderia notar a ascendência indígena de Maria Conceição e suas filhas. Por outro lado, estudar exclusivamente os registros paroquiais não permitiria inferir sobre a paternidade de Amellia, deixando na invisibilidade uma dimensão constitutiva de sua experiência. Esse dado faz lembrar uma ponderação de João Pacheco de Oliveira a respeito da matriz étnica das hierarquias sociais sobre as quais se forjou a sociedade brasileira:

A origem da maioria das famílias brasileiras não pode ser pensada como monocultural, mas como baseada em relações interétnicas e em status assimétricos. Ainda que os sinais diacríticos da presença indígena no interior das famílias cristãs ou na própria sociedade colonial fossem atenuados, negados ou que, mesmo ao longo do tempo, se tornassem desconhecidos, pois sempre implicavam alguma forma de desvalorização social, isso não deve ser esquecido pelos estudos sociológicos atuais (OLIVEIRA, 2016, p. 22).

Penso que, a partir do exposto, é possível acrescentar à sentença anterior que nem devem tais fatos serem esquecidos pelos sociólogos, tampouco por historiadores(as). Tendo em vista pressupostos da micro-história italiana, torna-se cada vez mais viável reconstituir – pelo menos parcialmente – essas relações históricas entre indígenas e invasores, sem perder de vista quem produziu documentos escritos e com quais objetivos.

Considerações finais

As etnogêneses não colocaram apenas novas questões para as ciências humanas. No Brasil, a ocorrência desses processos evidenciou todo um imaginário arraigado em distintos setores da sociedade nacional – parte da academia, da imprensa, operadores do direito, grupos políticos etc. – a respeito da definição do que seriam pessoas e grupos indígenas. João Pacheco de Oliveira (2003) usou a imagem do “efeito túnel do tempo” para caracterizar esse imaginário social brasileiro. Dizia o autor que, na virada do milênio, a maioria dos brasileiros não via contradição em se identificar como descendente de portugueses sem guardar semelhança direta com aqueles navegadores que desembarcaram no litoral em 1500. “Mas”, completava, “não existem matéria jornalística, filmes ou comerciais

¹³ Território à época pertencente à freguesia de Cruz Alta.

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. Etnogênese, micro-história e história indígena: a biografia de um arrivista a contrapelo. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 29-51, set./dez. 2024.

de TV que não suponham que os índios são (ou deveriam ser) os mesmos que aqueles que foram descritos pelos primeiros cronistas, inteiramente externos ao universo ocidental e marcados pelo exotismo” (OLIVEIRA, 2003, p. 167). Durante um século e meio a historiografia brasileira contribuiu direta e/ou indiretamente para a sedimentação desta representação a-histórica dos povos indígenas. Um fenômeno bem conhecido atualmente entre historiadores – mas que até pouco tempo atrás praticamente não havia recebido atenção – são os casos das aldeias coloniais que foram extintas durante o período Imperial, à despeito do fato de estarem povoadas¹⁴.

Vânia Moreira (2010) observou que o nacionalismo brasileiro do século XIX teve implicações profundas tanto na política indigenista do Império quanto nas representações historiográficas sobre o lugar dos indígenas na construção do Brasil. Nos termos da lógica política do século XIX, “a única ‘comunidade’ realmente bem-vinda”, afirma a autora, “era a ‘nacional’” (MOREIRA, 2010, p. 68). Nesse sentido, os aldeamentos que existiam enquanto comunidades políticas pela lógica corporativa do Antigo Regime, “que lhes permitiam reproduzir-se socialmente como índios da aldeia ‘X’, ‘Y’ ou ‘Z’, deveriam ser extintos, e aos remanescentes deveriam ser distribuídos lotes individuais, atestando a completa transição dos ‘remanescentes indígenas’ à condição de ‘brasileiros’” (MOREIRA, 2010, p. 68). Paralelamente, essa perspectiva nacionalista, segundo Moreira, ainda se expressava na produção historiográfica brasileira recente, “pois a representação do século XIX como um período praticamente sem índios ou no qual eles não tinham a menor importância para a ‘nação’ ainda vigora, segundo o argumento de que, àquela altura, eles já estavam bastante exterminados ou aculturados” (MOREIRA, 2010, p. 60)¹⁵.

Na contramão desta tendência a tratar a presença indígena no século XIX como residual, algo que tentei mostrar aqui foi que mesmo o estudo da biografia de um personagem não-indígena pode evidenciar indícios relevantes da presença indígena na história. Seria uma outra discussão – que não cabe neste momento – se o caso do tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo e dos indígenas que, mais de um século após a sua morte, passaram a reivindicar a Fazenda das Borboletas como Terra Indígena é excepcional. Mesmo se assim o for, é importante lembrar aquilo que Edoardo Grendi (2009, p. 27) chamou de casos *excepcionais-normais*, que são excepcionais na medida em que mostram uma realidade muito comum, mas que as fontes normalmente encobrem. Ou, ainda que se conclua tratar-se de uma situação pouquíssimo representativa quantitativamente – que não se tome a floresta pela árvore, admoestaria o dito popular –, avultam, recentemente, estudos que mostram a relevância heurística dos casos excepcionais (FAVERO, 2020). Finalmente, busquei explicitar e, na medida do possível, desconstruir alguns silêncios sobre a história indígena neste trabalho. Ative-me sobretudo aos momentos de produção das fontes e ao arquivamento¹⁶. Ainda assim, outros tantos – sobre o mesmo assunto, inclusive –

¹⁴ Sobre essa questão de modo geral, ver: Cunha (1992, p. 133-154); sobre o caso do Rio Grande do Sul em particular, ver: Melo (2011) e Diehl (2018).

¹⁵ Evidentemente a autora se refere às obras que não tratam especificamente de história indígena. Para uma obra bastante recente sobre história indígena no Brasil oitocentista, ver: Moreira et. al. (2022).

¹⁶ Para uma original discussão teórica a respeito de como e porque são produzidos e podem também ser desconstruídos os silenciamentos nas narrativas históricas, ver: Trouillot (2016).

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. Etnogênese, micro-história e história indígena: a biografia de um arrivista a contrapelo. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 29-51, set./dez. 2024.

continuam lá. Me refiro, por exemplo, aos significados das ações indígenas do ponto de vista desses atores sociais. Trata-se, como destacou John M. Monteiro (1995, p. 227), de um desafio “muito mais complexo”, mas que diversos estudos têm mostrado ser possível enfrentar¹⁷.

¹⁷ Para duas sínteses sobre diferentes perspectivas em torno do que seja *protagonismo indígena* na historiografia brasileira, ver: Santos e Felipe (2016) e Dantas (2021).

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. Etnogênese, micro-história e história indígena: a biografia de um arrivista a contrapelo. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 29-51, set./dez. 2024.

Fontes

AVISO Régio encaminhado ao governador da capitania do Rio Grande de São Pedro em 23 jan. de 1810. Fundo: Documentação dos Governantes, Códice A 8.001 (AHRs). 23 jan. 1810.

CARTA ao Furriel de Milícias João Gularte da Silva. Fundo: Documentação dos Governantes, Códice A 1.09 (AHRs), 14 fev. 1810.

CARTA régia de 13 de maio de 1808 ao Governador e Capitão General da capitania de Minas Gerais sobre a guerra aos Índios Botocudos. In: CUNHA, Manuel C. da. (Org.). **Legislação Indigenista no século XIX**. São Paulo: Edusp, p. 57-60 (a), 1992.

CARTA régia de 5 de novembro de 1808 sobre os Índios Botocudos, cultura e povoação dos campos gerais de Curitiba e Guarapuava. In: CUNHA, Manuel C. da. (Org.). **Legislação Indigenista no século XIX**. São Paulo: Edusp, p. 62-64 (b), 1992.

ESCRITURA pública de venda de uma sesmaria que faz D. Úrsula Correia da Camara ao Ten. Cel. Antonio Joze de Mello Brabo. Tabelionato de Rio Pardo. 1º Tabelionato. Transmissão/Notas. Livro 8 (1832-1845). f. 175-182v. (APERS), 11 nov. 1844.

ESCRITURA pública de perfilhação. Tabelionato de Cruz Alta, Transmissão e Notas. Livro 8 (1853-1857), p. 65-65v. (APERS), 24 abr. 1855.

ESCRITURA pública de doação. 1º Tabelionato de Júlio de Castilhos Distrito do termo da vila de Cruz Alta/RS. Transmissão e Notas. Livro 1 (1855-1859), f. 242v.-243 (APERS). 20 jul. 1857.

ESCRITURA pública de doação. Tabelionato de Transmissão e Notas de Passo Fundo. Livro 1 (1857-1859), f. 124-125 (APERS), 31 mar. 1859.

LIVRO de batismos n. 5 da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta (Arquivo da Cúria Diocesana de Cruz Alta/RS), 1855-1857.

MELLO BRABO, Antonio Joze de. Coleção Varela. Códice: CV 10-217 (doravante CV – N.º), 18 jul. 1842 (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRs). Publicado nos anais do AHRs. Vol. 24. São Leopoldo: Oikos, 2020, p. 191, 18 jul. 1842.

PENTEADO, Antonio de Almeida Leite. Correspondência emitida. Fundo: Assuntos Religiosos. Paróquia de Nossa Senhora Aparecida de Passo Fundo. M.: 16. Cx.: AR 8 (AHRs), 8 nov. 1845.

PORTO, Aurélio. Os Corrêas da Camara: notas genealógicas, biográficas e históricas. In: BRANDÃO, Mario de Pimentel. **Anais do Itamarati**. Ano II, vol. II e III. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, p. LXXXI, 1937-1938.

CASAMENTO, Registro de. Registro de casamento entre o tenente-coronel Antonio Joze de Mello Brabo e dona Anna Joaquina Soares. Livro de casamentos n.º 2 da freguesia de Vila do Príncipe (1812-1844), f. 176v. (Arquidiocese de Curitiba). 9 jun. 1840. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:XNGX-Q6K>. Acesso em: 01 fev. 2023.

REGISTRO de um documento do Capitão Manoel Antonio de Camargo. Livro de Registros diversos n.º 12 do 2º Tabelionato de Rio Pardo (1834-1843), f. 67-67v. (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS – doravante APERS), 18 dez. 1841.

BATISMO, Registro de. Registro de batismo de Amelia. Livro de Batismos da Paróquia do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Igreja Matriz, Livro V (1855-1857), f. 4v. (Arquivo da Cúria Diocesana de Cruz Alta/RS), 05 jun. 1855.

BATISMO, Registro de. Registro de Evaristo (bugre). Livro de Batismos da Paróquia do Rio Pardo. Livro 2 (1802-1821), f. 155V. (Banco de dados FamilySearch), 19 dez. 1810(a).

BATISMO, Registro de. Registro de Hermenegildo (bugre). Livro de Batismos da Paróquia do Rio Pardo. Livro 2 (1802-1821), f. 153. (Banco de dados FamilySearch), 1º dez. 1810(b).

BATISMO, Registro de. Registro de Maria (do gentio bugre). Livro de Batismos da Paróquia do Rio Pardo. Livro 2 (1802-1821), f. 232v. (Banco de dados FamilySearch), 6 out. 1812(a).

BATISMO, Registro de. Registro de Rosa (bugra, índia). Livro de Batismos da Paróquia do Rio Pardo. Livro 2 (1802-1821), f. 211. (Banco de dados FamilySearch), 19 jul. 1812(b).

REQUERIMENTO de sesmaria feito por João Maria Xavier de Brito. Fundo: Sesmarias. Cx.: 8, requerimento N.º: 401 (AHRS). 1813.

SILVEIRA, João Machado da. Correspondência encaminhada ao Gov. Capitão-general D. Diogo de Souza Fundo: Autoridades Militares I. Cx.: 6. M. 15. João Machado da Silveira (AHRS), 14 dez. 1810.

SILVEIRA, João Machado da. Correspondência encaminhada ao Mal. Comandante da Fronteira de Rio Pardo Patrício José Correia da Câmara. Fundo: Autoridades Militares I. Cx.: 8. M.: 19. Patrício José Correio da Câmara (AHRS), 15 nov. 1810a.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. As missões orientais e seus antigos domínios. 2 Ed. Porto Alegre: ERUS, 1979.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carina Santos de. **Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense: a tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na Terra Indígena Xapecó**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ALMEIDA, Maria R. C. de. **Da Invisibilidade étnica à etnogênese: histórias e identidades de índios e negros em abordagem articulada e comparativa**. História (São Paulo). São Paulo, v. 40, p. 1-19, 2021.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2008.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **As famílias de povoadores em áreas de fronteira da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII**. Rev. Bras. de Estudos de População. v. 13, n. 3, p. 549-565, set-dez, 2017.

BARTOLOMÉ, Miguel A. **As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político**. Mana. vol.12 n.1, p. 39-68, 2006.

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. **O Brabo e a Borboleta: A trajetória de Antonio Joze de Mello Brabo, um militar paulista no planalto sul-rio-grandense**. 259f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo/RS, 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Lauro Pereira da. **Índios xokleng e colonos no litoral norte do Rio Grande do Sul (século XIX)**. Porto Alegre, Evangraf, 2012.

CUNHA, Lauro Pereira da. **Índios Botocudos nos Campos de Cima da Serra (RS)**. Porto Alegre/RS: Evengraf, 2017.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Repensando a temática indígena através das fontes: novos questionamentos e perspectiva crítica**. Acervo. V. 34, n. 2, (mai/ago), p. 1-16, 2021.

DIEHL, Isadora T. L. **“Não tem um só índio”: discursos de esvaziamento e processo de expropriação das terras e bens dos indígenas nas regiões das antigas missões (1830-1889)**. In: FLECK, Eliane C. D.; ROGGE, Jairo H. (Orgs.). A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural. São Leopoldo: Oikos, p. 504-535, 2018.

DURAT, Cristiano Augusto. **Os processos incorporativos do Indígena Kaingang de Atalaia à sociedade luso-brasileira: o papel do Catolicismo**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo (UPF). Passo Fundo, 2006.

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. Etnogênese, micro-história e história indígena: a biografia de um arrivista a contrapelo. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 29-51, set./dez. 2024.

DURAT, Cristiano Augusto. Terras de aldeamento em disputa: **Francisco Gacom e “Uma” História sobre os Kaingang do Paraná (Século XIX)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2019.

FARINATTI, Luís A. Ebling. **Cabedais militares: os recursos sociais dos potentados da fronteira meridional (1801-1845)**. In: POSSAMAI, Paulo César. (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 2010, p. 81-98.

FAVERO, Giovanni. **Método da história e ciências sociais: para uma micro-história aplicada**. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (Orgs.). *Micro-história: em um método em transformação*. São Paulo: Letraevoz, p. 35-48, 2020.

FONTELLA, Leandro Goya. **As Missões Guaraníticas num contexto de Cultura de Contato: uma interpretação sobre as interações entre sociedades indígenas e euro-americanas (c.1730 – c.1830)**. São Leopoldo/RS: Oikos Editora/ANPUH/RS, 2020.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Soledade na História**. Porto Alegre: CORAG, 1975.

FRANCISCO, Aline R. **Kaingáng: Uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Brasil Meridional**. Tese (Doutorado em História), Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2013.

GIL, Tiago L. **Coisas do caminho: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810)**. Brasília: Editora UNB, 2020.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. **O nome e o Como: Troca desigual e mercado Historiográfico**. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 169-178, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRENDI, Edoardo. **Microanálise e história social**. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 19-39, [1978] 2009.

KARSBURG, Alexandre. **A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias**. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luís Augusto. (Orgs.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo, Oikos, p. 32-52, 2015.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)**. Pesquisas. Antropologia. n. 56. São Leopoldo: Instituto Anchietano de pesquisas/Unisinos, 2000.
LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, p. 43-64, 2006.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII**. Revista de História. n. 154, jan-jun, p. 267-295, 2006.

MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva e. **A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo: histórias vividas por índios Guaranis (Séculos XVIII-XIX)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS, 2011.

MONTEIRO, John Manuel. **O desafio da história indígena no Brasil**. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Orgs.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, p. 221-236, 1995.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese (Livre docência), Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2001.

MOREIRA, Vânia M. L. **O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império**. Revista Brasileira de História. V. 30, n. 59, p. 53-72, 2010.

MOREIRA, Vânia M. L. **Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822**. São Paulo: Humanitas, 2019.

MOREIRA, Vânia M. L.; DANTAS, Mariana A.; COSTA, João Paulo P.; MELO, Karina M. R. da S. e.; OLIVEIRA, Taciana G. de. (Orgs.). **Povos indígenas, Independências e Muitas Histórias: repensando o Brasil no século XIX**. Curitiba: Editora CRV, 2022.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As Guerras dos Índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: Eduem, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados?”**. Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Revista Mana. Rio de Janeiro. v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O efeito “túnel do tempo” e a suposta inautenticidade dos índios atuais**. Sociedade e Cultura. v. 6, n. 2, jul-dez, p. 167-175, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade – 1850-1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

RIBEIRO, Max R. P. **Estratégias Indígenas na Fronteira Meridional: a situação dos guaranis após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História (UFRGS), Porto Alegre/RS, 2013.

BASTOS NETO, Ernesto Pereira. Etnogênese, micro-história e história indígena: a biografia de um arrivista a contrapelo. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 29-51, set./dez. 2024.

SANTOS, Maria Cristina dos.; FELIPPE, Guilherme Galhegos. **Protagonismo como substantivo na História indígena**. In: SANTOS, Maria Cristina dos.; FELIPPE, Guilherme Galhegos. *Protagonismo ameríndio de ontem e hoje*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2016, p. 13-52.

SCHMIDT, Benito Bisso. **“História e biografia”**. In: CARDOSO, Ciro F.; VANIFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 187-205, 2012.

SILVA, Maria B. N. da. (Org.); BACELLAR, Carlos de A. P.; GOLDSCHMIDT, Eliana R.; NEVES, Lúcia M. B. P. **História de São Paulo Colonial**. São Paulo/SP: Editora Unesp, 2009.

SOARES, Mariana de Andrade. **“A Lição da Borboleta”: o processo de (re) construção da etnicidade indígena na região de Alto Jacuí/RS**. Dissertação (Mestrado Antropologia Social), Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2001.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. **“Aos Fantasmas das Brenhas”: etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul)**. 1998. 492 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, 1998.

TAKATUZI, Tatiana. **Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia**. Dissertação. (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 2005.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: Huya Editorial, 2016.

VENZON, Rodrigo. **Borboleta: Sobrevivência indígena frente ao latifúndio**. In: *Expropriação e lutas. As Terras Indígenas no Rio Grande do Sul*. PET/ANAÍ – RS, p. 155-162, 1993a.

VENZON, Rodrigo. **Serra Grande: as Terras Indígenas e a colonização europeia da região de Santa Cruz**. In: *Expropriação e lutas. As Terras Indígenas no Rio Grande do Sul*. PET/ANAÍ – RS, p. 163-168, 1993b.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do Planalto Gaúcho (1850 – 1920)**. Rio Grande do Sul, Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

Recebido em: 30/04/2024* Aprovado em: 13/06/2024* Publicado em: 31/12/2024
